

Saudação da Câmara Municipal do Porto à 20.ª Marcha do Orgulho do Porto

Há vinte anos, a cidade do Porto acolheu pela primeira vez uma marcha do orgulho LGBTQIA+, convocada em resposta ao trágico assassinato de Gilberta Salce, mulher trans, migrante brasileira, vítima de um crime de ódio motivado pela transfobia. O seu nome permanece como símbolo de todas as formas de violência e exclusão que continuam a marcar a vida de tantas pessoas, e cuja memória exige de nós acção, empatia e responsabilidade institucional.

As marchas do orgulho, cuja génese remonta à revolta de Stonewall, em 1969, nos Estados Unidos, são, em todo o mundo, actos de resistência, de visibilidade e de celebração da diversidade. Não são meros desfiles festivos: são expressões políticas, comunitárias e históricas de afirmação dos direitos humanos. São momentos que nos convocam a olhar de frente para a realidade das desigualdades e das opressões que persistem, muitas vezes naturalizadas, no quotidiano das nossas sociedades.

Vinte anos volvidos desde a primeira marcha no Porto, muito foi conquistado. As leis evoluíram, o reconhecimento legal das identidades e relações diversas progrediu, e a visibilidade das pessoas LGBTQIA+ ganhou novos espaços no debate público e na vida social. Contudo, não podemos ignorar os sinais inquietantes do tempo presente. Em vários contextos, assistimos hoje a uma retórica crescente de desumanização, à disseminação de discursos de ódio e ao reforço de movimentos políticos e sociais que colocam em causa direitos fundamentais arduamente conquistados. A violência contra pessoas LGBTQIA+, em especial contra pessoas trans e racializadas, continua a crescer — muitas vezes invisibilizada ou desvalorizada — nas ruas, nas escolas, nos locais de trabalho e nas redes sociais.

Também em Portugal, país que tem sido reconhecido pelo avanço legislativo em matéria de direitos LGBTQIA+, persistem realidades alarmantes: agressões físicas e verbais, discriminação no acesso ao emprego, à habitação e à saúde, abandono familiar, dificuldades no reconhecimento legal das identidades de género e falta de protecção adequada a pessoas LGBTQIA+ migrantes, requerentes de asilo ou em situação de vulnerabilidade económica.

É neste contexto que a Marcha do Orgulho do Porto, no seu vigésimo aniversário, assume uma importância renovada. É um espaço de memória e de celebração, mas também de denúncia e de mobilização coletiva por um futuro mais justo e inclusivo. A cidade do Porto, que se deseja plural e diversa, tem a responsabilidade de ser um território de liberdade e de direitos para todas as pessoas. Isso implica uma atuação



Assembleia de Freguesia de Campanhã

contínua e determinada das instituições públicas, em diálogo com a sociedade civil, no combate à discriminação e na promoção de políticas concretas que garantam uma verdadeira igualdade.

Neste dia, celebramos não apenas um marco de duas décadas de luta e de coragem, mas também a convicção profunda de que os direitos LGBTQIA+ são direitos humanos, e que defendê-los é uma responsabilidade coletiva e inadiável.

Devemos reafirmar, por isso, o compromisso com a construção de uma cidade onde ninguém seja deixado para trás, onde a dignidade de cada pessoa seja respeitada, e onde a diversidade humana não seja apenas tolerada, mas reconhecida como um valor fundamental da democracia.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia de Campanhã, reunida em sessão ordinária em 25 de junho de 2025, delibera:

Que seja dirigida uma saudação solene e solidária a todas as pessoas, coletivos, associações e instituições que participam e promovem a 20.ª edição da Marcha do Orgulho LGBTQIA+ do Porto.

A representante do Bloco de Esquerda

Elisabete Carvalho